

Investigador diz que é imperativo refundar a participação cívica

PARA O PÓS-EMERGÊNCIA

Giovanni Allegretti, investigador e coordenador do Observatório da Participação, da Inovação e dos Poderes Locais (PEOPLES), alerta para a necessidade de refundar a participação cívica, que é um imperativo na reconstrução da sociedade no período pós-emergência.

Com vários países do mundo a efectuarem uma gradual saída do designado “lockdown” (bloqueio total) adoptado para conter a pandemia da Covid-19, Giovanni Allegretti alerta para a importância de «relembrar a classe política de que a participação de cidadãs e cidadãos na reconstrução da sociedade no período pós-emergência é fundamental», refere a Universidade de Coimbra (UC), em comunicado ontem divulgado.

Numa reflexão sobre o papel dos cidadãos após a pandemia, Giovanni Allegretti, que também é investigador do Centro de Estudos Sociais (CES) da UC, sublinha que «é claro que a participação vai ter de ser repensada». As pessoas têm «medo de se reencontrar em grandes grupos e provavelmente estão saturadas de tecnologia nas suas vidas, mas querem, sobretudo, ser ouvidas sobre grandes questões, como a reconstrução do estado social (sobretudo educação e saúde) e a luta contra as novas desigualdades e exclusões», afirma.

Portugal não pode ficar fora deste debate, adverte o investigador do CES, destacando que vários países já estão a trabalhar nesse sentido. «Em França, um painel de 150 cidadãos seleccionados aleatoriamente para in-



Giovanni Allegretti, investigador do Centro de Estudos Sociais

tegrar a “Convenção cidadã para o clima” apresentou o relatório “Contribuição para o plano de saída da crise”, enquanto uma centena de autarcas, governadores, intelectuais e líderes sociais enviavam ao presidente Macron a petição #NousLesPremiers: um cenário democrático para o mundo do depois, que propõe um plano em três etapas», prevendo o «envolvimento directo dos habitantes na reconstrução da sociedade e da economia», exemplifica Giovanni Allegretti.

Também em Espanha começou a debater-se a «forma de acompanhar a (polémica) proposta de um novo “Pacto da Moncloa”, prevendo a criação de painéis de cidadãos sorteados para que possam partilhar as suas visões sobre o planeamento da era pós-Covid», diz.

Em Itália, um dos países do mundo mais afectados pela Covid-19, «cidades como Milão, Bari ou Nápoles têm vindo a abrir aos cidadãos os seus planos de resiliência, a organizar ‘hubs’ para otimizar as actividades espontâneas de solidarie-

dade e a coordenar as mais de 40.000 iniciativas de “crowdfunding” que foram sendo financiadas durante o período de emergência», enumera ainda o coordenador do PEOPLES'.

Para um país como Portugal, que entrou «com força no mapa mundial da participação pública, à qual os meios de comunicação nacionais têm dedicado tanto espaço, é impossível ficar alheado deste debate», afirma.

«Somos dos poucos países que tem tido centenas de orçamentos participativos locais e até três experiências promovidas pelo governo nacional, e a RAP (Rede das Autarquias Participativas) é única no panorama europeu. Por dois meses, os nossos processos participativos formalizados ficaram em modalidade “stand-by”, bloqueados pelo distanciamento social e as urgências sanitárias».

Mas «agora é tempo de repartir, partilhar a reconstrução, canalizar as novas formas de ativismo solidário e lúdico que nasceram na emergência, e de transformá-los em activismo estratégico», conclui. ◀